

A CONFIGURAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS REGIONAIS E A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES POLÍTICOS

*Carlos B. Vainer**

Ao final dos anos 70 e no início dos 80, na esteira do debate surgido nos países centrais sobre os novos movimentos sociais, desenvolveu-se entre nós intensa discussão acerca da natureza dos movimentos e das organizações de vizinhança emergentes em nossas cidades. Enquanto nos países capitalistas centrais não parecia difícil associar a multiplicação de lutas identitárias não classistas (de mulheres, gays, etnias minoritárias, ecologistas, etc.) à crise das organizações e a formas de luta e organizações tradicionais — sindicatos, partidos —, no nosso caso a própria fragilidade dessa tradição, bem como o caráter ditatorial do regime dificilmente autorizavam adotar a mesma vertente explicativa.

O reconhecimento dessas especificidades, que punha em relevo a importância das associações de moradores (e das lutas urbanas em geral) como espaço organizativo e instrumento da luta democrática, não impediu que, também entre nós, prosperasse a polêmica acerca da natureza e do potencial transformador — radicalidade? virtualidades revolucionárias? — de movimentos referidos a um recorte territorial.

Buscando colocar o debate acerca do(s) regionalismo(s) no contexto das profundas transformações sócio-territoriais e políticas recentes e em curso na sociedade brasileira e tendo por foco a emergência de movimentos de base

* Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

popular passíveis de serem qualificados de (neo)regionalistas, pretende-se neste trabalho: (a) rever, de maneira rápida, a natureza do regionalismo tradicional que serviu de paradigma para o diagnóstico acima referido; (b) indagar acerca das razões e das formas de constituição de movimentos populares que acionam identidades e pautas **regionalistas**; (c) examinar aspectos que aproximam e diferenciam este **(neo)regionalismo** do velho regionalismo conservador, bem como de outras formas emergentes de neo-regionalismo.

Com esse objetivo, uma primeira sessão do trabalho será consagrada a algumas postulações a respeito da noção de **regionalismo**, de modo a dar suporte conceitual ao uso dessa noção ao longo do texto. Na segunda sessão, examinar-se-ão rapidamente o contexto e as principais características do regionalismo tradicional brasileiro. Em seguida, serão destacadas as condições de emergência e os elementos que justificam qualificar alguns movimentos populares como **(neo)regionalistas**, comparando-os seja com o velho regionalismo, seja com outras manifestações (neo)regionalistas de caráter conservador. Ao final, tenta-se especular acerca das possibilidades abertas e dos limites impostos pelo recorte territorial à construção e à projeção desses movimentos como atores políticos relevantes — em diferentes escalas.

Algumas proposições conceituais e metodológicas sobre regionalismo

Parte-se do entendimento de que as **regiões** — das quais se fala, em nome das quais se fala — são resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas. Nem a região tem existência em si, nem é geradora, em si e por si, de interesses.

Com efeito, o **interesse regional** enunciado pelo regionalismo, da mesma forma que qualquer interesse socialmente legitimado ou à busca de legitimidade, só tem existência (e relevância) se — e quando — enunciado e assumido por sujeitos determinados que ocupam posições determinadas do espaço social e político. Em outros termos: a elaboração coletiva de um reconhecimento de identidades/alteridades que permite, sob a forma de regionalismo, enunciados fundados sobre a polaridade nós *versus* eles/os outros

constitui mecanismo de coagulação e de busca de validação social das estratégias (econômicas, políticas, simbólicas) de determinados grupos ou coalizões.¹

Especialistas — como geógrafos, economistas, planejadores — podem, sem qualquer restrição, realizar seus exercícios classificatórios e cortar quantas regiões quiserem, segundo critérios extraídos da tradição de suas disciplinas ou de racionalidades que julgam pertinentes; suas **regiões no papel**², entretanto, não passarão de especulações arbitrárias sempre que não estiverem encamadas e acionadas por grupos/coalizões sociais atuantes³.

Assumir essas premissas implica, no exame do processo de constituição de movimentos regionalistas/regionalismo, romper com uma postura que se poderia chamar de objetivista-substancialista, segundo a qual a origem e a explicação dos interesses regionais e de suas manifestações políticas estariam nas chamadas **diferenças ou desigualdades regionais**. Em seu formato economicista extremado, o objetivismo sugere que a consideração das diferenças/desigualdades econômicas constitui base suficiente para o entendimento dos regionalismos.

Não se propõe aqui abstrair o fato objetivo, teórico e empiricamente estabelecido, de que o capitalismo, diferentemente de outras formas históricas de organização e de reprodução sociais, se caracteriza por uma **morfologia social**⁴ marcada não apenas pela desigualdade na forma de alocação territorial de recursos produtivos e de população, mas também, e talvez sobretudo, por um dinamismo que impulsiona permanentemente à desestruturação e à reestruturação de sua própria territorialidade. Há que se reconhecer, porém, que, se o desenvolvimento desigual no território constitui um fato universal nas sociedades contemporâneas, o mesmo não ocorre com o regionalismo.

¹ Não é a região que manifesta seus interesses através de seus porta-vozes, mas, sim, os porta-vozes, expressando grupos e coalizões, que constroem a região com espaço identitário, simbólico e político.

² A noção de **região no papel** é inspirada na de "**classe no papel**" proposta por Bourdieu. De modo geral, várias de nossas proposições conceituais e metodológicas foram extraídas de Bourdieu (1989, 1989a).

³ Na melhor das hipóteses, as **regiões no papel** constituem **hipóteses de regiões ou de regionalismos**, mais ou menos possíveis ou prováveis conforme sua capacidade de identificar relações objetivas propiciadoras de coesão identitária e de articulações de interesses. Para ter uma idéia de "**classe provável**", ver Bourdieu (1989a).

⁴ O conceito é de Durkheim, presente em vários de seus escritos. Para um exemplo clássico de sua utilização, ver Mauss (1974).

Impõe-se integrar à análise, portanto, dimensões que dêem conta dos processos de constituição dos sujeitos coletivos, que, com variadas estratégias e sob múltiplos formatos, acionam as desigualdades/diferenças — e as fronteiras construídas a partir delas — para alterar ou conservar suas posições relativas no espaço econômico ou político.⁵

Como corolário do argumento desenvolvido, tem-se que não apenas é impossível elaborar uma explicação (estrutural) geral para as manifestações de regionalismo em diferentes sociedades, como também será infrutífera qualquer tentativa de entender de maneira homogênea regionalismos que emergem numa mesma sociedade em diferentes regiões e conjunturas. Se "(...) o que faz a região não é o espaço, mas, sim, o tempo, a história" (BOURDIEU, 1989a, p.115), a análise da constituição e da modificação do formato, significado e natureza dos regionalismos — do regionalismo tradicional brasileiro tanto quanto de novas formas de manifestação regionalista — deve estar referida a contextos históricos determinados.

É com base nesses poucos pressupostos conceituais e metodológicos que se buscará prosseguir no exame do regionalismo tradicional e de algumas formas novas de (neo)regionalismo de base popular.

A velha questão regional e o regionalismo tradicional⁶

Múltiplos foram os enfoques e quadros teórico-conceituais através dos quais se examinou a questão regional brasileira — que sempre foi, no essencial, a questão do Nordeste. Desigualdades ou desequilíbrios entre diferentes

⁵ "A teoria mais acentuadamente objetivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social" (BOURDIEU, 1989a, p.139).

⁶ Nesta sessão e na seguinte, retomar-se-ão várias das proposições da comunicação **Regionalismos: Anacronismo ou Pós-Modernidade?**, apresentada no Simpósio O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas, Perspectivas, do Workshop O Novo Brasil Urbano: Qual Integração às Tendências Mundiais, promovido pela ANPUR, na XLV Reunião Anual da SBPC, em Recife, 12-16.07.1993.

espaços de um mesmo território nacional, relações de colonialismo ou imperialismo internos, percalços ou obstáculos à difusão espacial da modernidade, manifestação ou projeção espacial da divisão social do trabalho (divisão espacial do trabalho sob o capital), momento particular do processo de homogeneização do espaço sob a égide do capital e conseqüente dissolução dos espaços regionais tradicionais, dimensão espacial da articulação de modos diferentes de produção, eis algumas das respostas presentes na literatura.

Na esteira da obra decisiva de Francisco de Oliveira (1981), as transformações por que passou a economia nordestina (assim como a de outras regiões) desde a criação da Sudene ocuparam o centro do debate nos anos 70 e 80. Em particular, vieram à tona a mudança da base produtiva nordestina e as novas formas de sua articulação com a economia nacional. Guimarães (1986), Araújo (1984) e outros mostraram como a integração do espaço regional a uma economia nacionalmente integrada afirmou seu caráter complementar e dependente, atrelando a economia regional à estrutura industrial concentrada no Sudeste e condenando ao lixo da história quaisquer projetos de implantação, no Nordeste e em outras regiões, de uma dinâmica autônoma de expansão econômica e, particularmente, industrial.

A literatura sobre o período é quase unânime em reconhecer que, desde o final dos anos 70, o País se aproximou enormemente "(...) da constituição de um sistema produtivo único e integrado", deixando de ser "(...) um sistema formado por espaços regionais diferenciados e apenas articulados comercialmente" (GUIMARÃES, 1986, p.343).

Outro grande ponto de convergência na literatura diz respeito ao papel desempenhado pelo Estado nessa decomposição da velha economia regional. Para Oliveira, desde sua origem, a Sudene esteve vocacionada para orquestrar a captura do Estado no Nordeste pelo capitalismo monopolista do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981, p.116). Vários autores destacaram o papel da política de subsídios na abertura do espaço regional aos capitais do Sudeste que iriam protagonizar a conversão da indústria nordestina e sua articulação nacional.

As políticas micro e mesorregionais, os famosos pólos e programas de desenvolvimento integrado e, sobretudo, os grandes projetos setoriais instauraram no aparelho de Estado uma nova geografia, que, simultaneamente, refletia e sustentava os novos recortes que se superpunham às antigas regiões. A dimensão e a amplitude desse movimento podem ser evocadas pelos inúmeros programas e planos que redividiram o território, dentre os quais, a título de ilustração e um pouco aleatoriamente, lembramos

alguns: Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia da Araguaia-Tocantins (e seu correspondente na área de segurança Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins, Projeto Grande Carajás, Programa Especial do Norte Fluminense, etc.).

Decretando a morte das velhas regiões — ao menos como espaços econômicos autônomos —, esse retalhamento analítico das antigas regiões, de um lado, e a política territorial nacional global que lhe conferia unidade, de outro, submetem o espaço nacional a um verdadeiro **processo de globalização e fragmentação**⁷, para usar uma expressão hoje em voga.

A homogeneização do espaço nacional sob a égide do capital e do Estado autoritário pareceu, a boa parte dos estudiosos, colocar a pá de cal definitiva no regionalismo, fazendo de suas manifestações residuais mero testemunho de um passado insepulto.⁸ Foi como se o processo econômico e político em curso viesse corroborar o diagnóstico segundo o qual o regionalismo nunca teria passado de um mecanismo ideológico

"(...) que funcionou como válvula justificadora da debilidade dos grupos dominantes locais, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de dominação e domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais" (PERRUCCI, 1984, p.26).

Se se recusa a visão conspiratória da história, segundo a qual oligarcas e intelectuais a soldo teriam elaborado o discurso regionalista pela comprovada eficácia na mistificação das relações de dominação e exploração, não há como recusar que este tende a ser um de seus resultados. Na prática, o regionalismo tradicional parece operar duplamente: (a) de um lado, dilui/encobre desigualdades e eventuais antagonismos presentes no espaço social da região, transformando o que é objetivamente oposição em unidade; (b) de

⁷ A analogia com os processos contemporâneos em escala mundial descritos poderia ser explorada mais longamente, destacando, por exemplo, a montagem de um sistema integrado nacionalmente de telecomunicações, a nacionalização dos padrões de consumo, a emergência de uma indústria cultural produzindo para um mercado nacional cada vez mais indiferenciado, etc.

⁸ Inclusive a este autor, ver Vainer (1988).

outro, projeta o conflito para a relação com as outras regiões (ou com o poder central). Assim, a condição de subordinado/dominado desloca-se dos grupos sociais subalternos regionalmente para o conjunto da região; a condição de dominante desloca-se do grupo regionalmente dominante para o outro (Governo, São Paulo, Sul, etc.).

Uma "cultura ressentida" (MARTINS, 1984), muitas vezes alimentada pela evocação de um passado glorioso⁹, cimenta esse tipo de regionalismo; cultura do ressentimento **dos que foram deixados à margem**, mas também cultura da reivindicação, em que a região, unificada, se afirma na sua individualidade... e na sua subordinação: "**o Nordeste pensa que...**", "**o Nordeste necessita de...**", "**o Nordeste exige...**".

Autorizadas a falar em nome da região em função da posição dominante que aí ocupam, as elites regionais reivindicam de fato a renegociação do pacto que as condenou à condição periférica/subordinada — ou, pelo menos, compensações indenizatórias pelas perdas acumuladas no processo de **abertura do espaço regional** (OLIVEIRA, 1981).¹⁰ É desnecessário lembrar que, quando conquistadas, essas **indenizações** apenas realimentaram o processo cuja superação justificara sua implantação; na prática, elas constituíram (e continuam a constituir, ali onde sobrevivem) elemento de permanente repositição das condições críticas de reprodução da própria dominação no espaço regional e da condição periférica/subordinada no espaço nacional.

A análise do caráter conservador do regionalismo nordestino encontra eco naquela que se tem feito do tradicionalismo gaúcho. Também aqui o regionalismo, caracterizado pela revalorização de uma série de símbolos da estância latifundiária, aparece como resposta à crise da velha classe dominante regional e funciona como mecanismo ideológico que projeta a identidade de todas as classes (regionais) numa estância mítica, onde todos seriam (teriam sido) iguais — patrões e empregados unidos na sua identidade com a terra/território de todos, conforme, por exemplo, Golin (1983) e Costa (1988). Assim, o

⁹ A estância idealizada pelos Centros de Tradições Gaúchas constitui excelente exemplo (COSTA, 1988), embora a dimensão ressentida do gauchismo seja bem menos marcada que a do regionalismo nordestino.

¹⁰ Vários autores chamaram atenção para o papel desempenhado pelo regionalismo enquanto padrão particular de relação e negociação entre as frações regionais das classes dominantes e o bloco hegemônico a nível nacional ver, por exemplo, Silveira (1987).

tradicionalismo gaúcho, ao assumir os valores da "(...) harmonia social, o bem coletivo, a cooperação com o Estado, o respeito às leis e o espírito cívico" aparece como "(...) uma ideologia destinada a manter a massa rural e as camadas populares que migravam para as cidades em estado de submissão" (OLIVEN apud COSTA, 1988, p.82).

Certamente, o regionalismo nordestino e o gauchismo não podem ser entendidos sem análises específicas dos processos particulares — econômicos, políticos, culturais — que os engendraram enquanto fenômenos diferenciados. O que nos interessa, porém, é a comum avaliação de que o regionalismo tradicional, em suas diferentes manifestações, tem sido conservador, expressão de velhas classes dominantes regionais em crise, que buscam negociar a condição/formato de sua subordinação econômica e política, resultante do processo de acelerada unificação do espaço econômico.¹¹

O regionalismo e o neo-regionalismo de base popular

A dissolução das velhas economias regionais e, conseqüentemente, das circunscrições territoriais que referenciaram os velhos regionalismos é, necessariamente, construção de novas territorialidades, imposição de novos recortes. Os pólos, os grandes projetos, por exemplo, engendram, eles mesmos, suas regiões: aí estão a região de Carajás, a região de Itaipu ou Sobradinho, etc. (VAINER, 1990; VAINER, ARAÚJO, 1992). O processo de modernização agroindustrial que transformou completamente vastos territórios, a industrialização e a urbanização interiorizadas que produziram pujantes centros no interior de São Paulo e de alguns estados, eis múltiplos processos que,

¹¹ Por essas características, o tradicional regionalismo brasileiro diferencia-se enormemente de movimentos regionalistas europeus e canadense, que acionam diferenças étnicas, lingüísticas ou religiosas. Isso talvez explique que o regionalismo, como registrado na **Introdução**, contrariamente ao que ocorreu entre nós, tenha freqüentado a pauta do debate acadêmico-político sobre os novos movimentos sociais nos países centrais.

tributários em diferentes escalas da ação estatal, são a contrapartida da decomposição da regionalização herdada de eras anteriores.

Em que medida essa "**destruição criativa**" (HARVEY, 1992, p.234) e os novos territórios que configura têm sido apropriados por movimentos e dinâmicas políticas e culturais cuja identidade esteja referenciada, de maneira predominante (ou expressiva), a uma base territorial determinada? Em caso afirmativo, que tipo de regionalismo tem emergido desse novo espaço nacional simultaneamente unificado e decomposto/fragmentado?

Ora, se se examina o quadro atual, vê-se atuarem vários tipos de coalizações e movimentos políticos que acionam, de uma maneira ou de outra, territorialidades. Destacamos os que parecem mais relevantes:

- a) o clientelismo localista, que, na luta pela alocação de recursos orçamentários da União, escândalos e anões à parte, parece encontrar na redemocratização e no fortalecimento do Congresso espaços para fazer ressurgir formas típicas do velho regionalismo tradicionalista — embora hoje geralmente em associação com grandes grupos atuantes na esfera nacional (grandes empresas de obras públicas, por exemplo);
- b) o movimento de disputa por investimentos públicos de grande porte, nos quais, em nome dos interesses do estado, governadores lideram coalizões de interesses locais e setoriais (nacionais e internacionais), com vistas a interferir nas decisões de agências setoriais do poder central (ministérios, empresas estatais). Nesses casos, de que são exemplos a luta fluminense pelo pólo petroquímico e a disputa pela próxima refinaria da Petrobrás no Nordeste, vê-se a atualização do padrão de alocação territorial de recursos públicos herdado do regime autoritário, submetido a formas mais abertas e democráticas de explicitação e disputa;
- c) os movimentos de fechamento dos espaços municipais e políticas locais de segregação ativa, conduzidos por um número cada vez mais expressivo de prefeituras de médias e pequenas cidades, com forte apoio dos municípios. Ancoradas na percepção das populações cidadinas de que seu território municipal constitui um espaço privilegiado a ser preservado dos migrantes pobres que se transformarão em mendigos e assaltantes, o isolacionismo dessas políticas não pode ser entendido sem sua contrafrase, a estreita articulação dessas cidades ou (micro)regiões a redes/circuitos econômicos nacionais e, quase sempre, internacionais;

d) as políticas agressivas de atração de investimentos por parte de estados e municípios, propiciando um "**federalismo selvagem**" (RODRIGUES, 1994) e afirmando um projeto de abertura neoliberal que reforça "(...) a heterogeneidade econômica e as desigualdades regionais previamente existentes, abrindo portas para uma virtual internacionalização segmentada do território" (FIORI, 1994, p.309).

Além dessas formas e manifestações de regionalismo, todas elas, em alguma medida, expressando e estruturando alianças hegemônicas por grupos dominantes locais/regionais em coalização com corporações atuantes nas escalas nacional e internacional, chamam atenção a emergência e o fortalecimento de movimentos populares que acionam, na construção de suas identidades e estratégias, recortes territoriais. É sobre estes que se concentrará a atenção.

Trabalhar-se-á a partir de dois exemplos: o movimento dos seringueiros do Acre e o movimento de atingidos por barragens.

O movimento dos seringueiros acreanos, bastante conhecido pela divulgação que alcançou graças à projeção e ao desaparecimento de sua principal liderança — Chico Mendes — surge como resistência de um grupo específico, que vê ameaçada a forma de apropriação da terra e dos recursos florestais dos quais dependia em grande parte sua reprodução. É a tentativa de preservar um determinado território das múltiplas formas de intervenção extra-regional, em particular projetos agropecuários e rodoviários que anunciam, pura e simplesmente, o desaparecimento de um tipo de atividade econômica e de uma categoria particular de trabalhadores.

O movimento dos atingidos por barragens, presente em diferentes bacias hidrográficas onde se construíram ou se projetam grandes barragens hidrelétricas, surge com a luta de pequenos e, às vezes, médios produtores agrícolas, proprietários ou não, conforme o caso, ameaçados de expulsão pela **limpeza de terreno** que permitirá o enchimento de grandes lagos artificiais. Na bacia do rio Uruguai e do Iguazu, no Vale do Jequitinhonha e do Ribeira, no médio São Francisco e nas margens do reservatório de Tucuruí, algumas vezes envolvem populações urbanas confrontadas com o deslocamento compulsório.

Entre os seringueiros como entre os atingidos por barragens, a defesa da terra e dos recursos ambientais (floresta e seus seringais, água) imprimiu uma forte marca e identidade territoriais aos movimentos surgidos. Os seringueiros marcam claramente essa relação com a territorialidade ao formularem sua proposta de união dos povos da floresta e ao conferirem à sua luta uma clara

entonação ambientalista. Entre os movimentos de atingidos por barragens, a marca territorial aparece até mesmo na designação dos movimentos: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), etc. No caso da CRAB, todo o movimento se estrutura segundo uma lógica territorial que hierarquiza escalas que vão desde a comissão regional até a comissão de linha (linha colonial) ou comunidade, passando por comissões municipais (às vezes distritais) e comissões por sub-regiões (que são cinco, conforme os diferentes trechos do rio, em que estão inventariados mais de 20 projetos hidrelétricos).

Essa estreita vinculação de ambos os movimentos com o território tem-se expressado também, à medida que amadurece a luta de resistência, na formulação de projetos alternativos de desenvolvimento para suas regiões. No caso do movimento dos seringueiros, a proposta das reservas extrativistas manifesta o compromisso original e continuado com a região. Mais importante ainda, a reivindicação territorial subjacente ao modelo de reserva extrativista generaliza-se e começa a ser assumida em outros espaços, por outros grupos sociais, particularmente comunidades de pescadores.

Entre os movimentos de atingidos por barragens, pela sua diversidade e variado grau de organização e experiência, a busca de propostas regionais alternativas é bastante desigual; não obstante isso, é notável a crescente sensibilidade para o problema, quando mais não fosse para capacitar o movimento a apresentar propostas afirmativas que se contraponham aos projetos hidrelétricos, propagandeados pelas empresas do setor elétrico como **a via mais rápida para o progresso da região.**

Não é difícil perceber que ambos os tipos de movimento emergem como reação ao processo (dito de modernização) de apropriação territorial deflagrado desde o centro, com o ativo apoio do Estado, no âmbito do qual

"(...) determinadas periferias são diretamente investidas por um movimento de conquista, que tem por objetivo a apropriação e exploração de recursos estratégicos através da mobilização direta do território" (VAINER, ARAÚJO, 1992, p.71).

As populações, suas atividades econômicas, seus modos de vida, suas formas de manifestação cultural são vistos e apresentados como resquícios de um passado que impede a marcha do progresso, obstáculos que devem ser removidos. Nesse sentido, cabe destacar o surgimento de novas táticas de luta

que vêm reiterar o significado estratégico do território: no caso dos seringueiros, o conhecido empate através do qual os seringueiros bloqueiam fisicamente o avanço de frentes de desmatamento; no caso dos atingidos por barragens (sobretudo no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná), as ações de massa em que são arrancados e destruídos os marcos colocados por ocasião dos levantamentos topográficos e que balizam o espaço dos reservatórios a serem criados.

Em síntese, poder-se-ia afirmar que os movimentos de resistência de seringueiros e dos atingidos por barragens têm caminhado, embora de modo diferenciado, na direção de falarem em nome de suas regiões, buscando elaborar coletivamente novas perspectivas acerca das potencialidades e alternativas possíveis de um desenvolvimento regional/local cuja lógica não seja imposta desde fora. Nesse contexto, muito importante têm sido os esforços de valorização da cultura e das formas de vida tradicionais, em oposição a um processo cuja viabilização depende, de maneira nada figurada, de sua exclusão (territorial), configurando claramente um processo em que a constituição do movimento político e reivindicatório se apóia na construção de identidades.

Está-se convencido de que a qualificação desses movimentos como regionalistas só ganha sentido se, com base nas proposições conceituais apresentadas inicialmente, se assume que o regionalismo é formato particular, historicamente contextualizado, de elaboração e (busca de) legitimação de interesses por sujeitos coletivos (grupos, coalizões). Em outros termos, se se rompe a associação (brasileira) entre regionalismo e conservadorismo que, como se viu, decorre das análises feitas sobre o regionalismo tradicional.

O que estamos chamando de neo-regionalismo de base popular tem em comum com o regionalismo tradicional — e, neste ponto, poder-se-ia dizer, com todo tipo de regionalismo — o fato de, com base na identidade territorial, elaborar um discurso que permita falar em nome do conjunto da região e coezone diferentes grupos sociais em defesa dos interesses da região.

Outra característica presente em ambos é o caráter essencialmente defensivo, indicando que, ao menos em parte, a coalizão constituída expressa interesses de segmentos de classe e grupos sociais **perdedores** no processo de integração sócio-econômico-territorial. Essa característica defensiva diferencia o neo-regionalismo de base popular (e também o regionalismo tradicional) de outras formas de neo-regionalismo, em particular dos movimentos

de fechamento dos espaços municipais e de políticas locais de segregação ativa, que expressam, na crista da onda neoliberal, dinâmicas ofensivas de novas coalizões dominantes.

O caráter defensivo de neo-regionalismo de base popular não lhe imprime, porém, o mesmo caráter conservador do regionalismo tradicional. O defensivismo deste último apontava — e continua apontando — a negociação das formas de subordinação e a constituição de articulações nacionais com o bloco hegemônico a nível nacional; o caráter de resistência do primeiro aponta, quase sempre, a articulação com outros movimentos e grupos dominados em escala nacional. Assim, apenas para confirmar empiricamente essa observação, cabe registrar que Chico Mendes teve importante papel na implantação da CUT no Acre e que os movimentos de barragens interagem permanentemente com os sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de sem-terras, organizações indígenas, etc.

Nesse ponto reside, igualmente, a principal diferença entre o neo-regionalismo popular e o neo-regionalismo fragmentador, que se sugeriu designar de **paroquialismo mundializado**. Este último projeta uma territorialidade fechada, segregada e segregadora, incapaz de gerar projetos regionais ou nacional integradores, priorizando articulações no âmbito de um espaço homogeneizado, fragmentado, abstrato. Já os movimentos de seringueiros e de atingidos por barragens, não obstante sua forte referência territorial/regional, se abrem para o espaço nacional, à busca de alianças e propostas globais. Não é à toa que os seringueiros chamam sua entidade de Conselho Nacional dos Seringueiros, nem é irrelevante que tenha sido criado o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, reunindo índios e caboclos do Xingu e descendentes dos primeiros colonos poloneses e alemães do Alto Uruguai, camponeses sindicalizados do Médio São Francisco e pequenos proprietários ribeirinhos do Jequitinhonha.¹²

¹² Inversamente, na esfera dos grupos dominantes, assiste-se à profunda crise de todos os mecanismos de articulação regional e nacional de interesses dominantes, a que se tem chamado, em vários momentos, de crise do pacto federativo.



Observações finais

As ciências sociais defrontam-se com o desafio de desvendar os múltiplos rebatimentos dos padrões emergentes de produção e circulação do capital sobre a vida social. O consenso generalizado de que esses novos padrões são acompanhados não apenas de uma profunda reestruturação territorial, mas também de uma atribuição de novos significados às múltiplas escalas territoriais coloca, dentre outras, a tarefa de identificar movimentos e conflitos regionais que estariam expressando essas transformações.

No caso brasileiro, abundante literatura tem acompanhado as mudanças na organização territorial, os novos padrões de urbanização, a redefinição dos espaços regionais. Até agora, no entanto, o debate sobre os sentidos e virtualidades do(s) regionalismo(s) tem ficado ancorado nos termos em que esse debate se colocou desde os anos 60, tendo o tema ficado à margem das reflexões acerca dos movimentos urbanos de base territorial no final dos anos 70 e início dos 80.

Buscou-se mostrar que, se não há razões para rever o diagnóstico do velho regionalismo, ele não parece suficiente para dar conta de novos discursos e movimentos que focalizam o território como elemento — predominante ou, pelo menos, relevante — da constituição de identidades sociais e projetos políticos.

Certamente ainda se tateia na identificação do que poderiam ser os neo-regionalismos. Mas acredita-se ter reunido elementos para mostrar que esses novos regionalismos não respondem necessariamente, como os velhos, a um único padrão.

O exame do neo-regionalismo de base popular mostra que, mais além de concorrer com os padrões e modelos do regionalismo tradicional conservador, se defronta hoje com um processo de fragmentação e globalização que tende, caso se afirme a opção neoliberal do bloco hegemônico nacionalmente, a favorecer a disseminação de políticas e práticas segregadoras que constituem o padrão emergente de um novo tipo de municipalismo que se designa de paroquialismo mundializado.

Isso indica que a diferente composição das coalizações neo-regionais e as distintas maneiras de articulação **para fora** desses movimentos devem ser consideradas atentamente no exame de sua natureza e virtualidade políticas.

Enquanto o paroquialismo mundializado aponta um projeto internacionalizado com poucas interações em escala nacional, o novo regionalismo de base popular parece não poder realizar seu projeto e suas pautas reivindicatórias senão no âmbito de um projeto nacional que subverta profundamente a lógica territorial — passada e emergente — do capital e da dominação e, de maneira

mais abrangente, o processo de exploração e dominação a que estão submetidas imensas parcelas da população brasileira. Eis um grande desafio: acadêmico — para os que pretendem entender o processo — e político-cultural — para os que dele participam.

Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de (1984). Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Silvio, org. **A questão nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.71-82.
- BOURDIEU, Pierre (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Betrand Brasil. p.107-132.
- BOURDIEU, Pierre (1989a). Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Betrand Brasil. p.133-161.
- COSTA, Rogério Haesbaert da (1988). **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- FIORI, José Luís (1994). Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.290-311.
- GOLIN, Tao (1983). **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê.
- GUIMARÃES, Leonardo (1986). **Nordeste: da articulação comercial à integração econômica**. Campinas: UNICAMP/IE. (Tese de doutorado)
- HARVEY, David (1992). **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola.
- MARTINS, Roberto (1984). Nordeste pensando, nordeste pensante, cultura mais que interessante. In: MARANHÃO, Silvio, org. **A questão nordeste, estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.103-115.
- MAUSS, Marcel (1974). Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP. p.237-326.

- OLIVEIRA, Francisco de (1981). **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classe. 4. ed. Rio de Janeiro.
- PERRUCCI, Gadiel (1984). A formação histórica do nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Silvio, org. **A questão nordeste, estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.11-30.
- RODRIGUEZ, Vicente (1994). Os interesses regionais e a federação brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.338-352.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da (1987). A questão regional, gênese e evolução. **Espaço & Debates**, São Paulo, v.1, n.1, p.7-25.
- VAINER, Carlos B. (1990). Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, Sérgio, ed. **Meio ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA/ PNUD. p.179-211.
- VAINER, Carlos B. (1988). **A questão regional e a transição brasileira**. Rio de Janeiro: Research Committee on Sociology of Urban and Regional Development, International Sociological Association. (Comunicação apresentada à sessão Restruturação Territorial do Estado, da Conferencia Internacional Restruturação Urbana; tendências e desafios: mimeo)
- VAINER, Carlos B., ARAÚJO, Frederico Guilherme B de (1992). **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI.

Abstract

Taking the Northeastian case as benchmark, the studies on brazilian regionalism highlight in general the conservative character of the political movements and actors who rely on spatial categories to build on their own identities, discourses and demands. This diagnosis falls short of understanding recent current expressions of brazilian regionalism. Focusing more specifically on social movements classifiable as (neo)regionalist manifestations, this works seeks to: (a) revisit briefly traditional regionalist movements; (b) question the basis for the emergence of such new movements; (c) compare and interpret schematically the differents forms of regionalism in Brazil.